

Eixo Temático - Produção, Mediação e Gestão da Informação

**COMPETÊNCIA EM INFORMAÇÃO E INCLUSÃO DIGITAL:
cenários e tendências contemporâneas**

**COMPETENCE IN INFORMATION AND DIGITAL INCLUSION:
scenarios and contemporary trends**

Márcio Adriano Costa dos Santos – Universidade Federal de Alagoas (UFAL) -
marcioinforma@gmail.com

Guilhermina de Melo Terra – Universidade Federal do Amazonas (UFAM) -
guilherminaterra@ufam.edu.br

Rosilene Agapito da Silva Llerena – Universidade Federal de Rondônia (UNIR) –
lenellarena@gmail.com

Modalidade: Trabalho Completo

Resumo: Analisa as relações teóricas e empíricas entre os termos “Competência em Informação” e “Inclusão Digital”; “Competência Informacional” e “Inclusão Digital”; “Competência Crítica em Informação” e “Inclusão Digital”. De natureza básica, bibliográfica, documental, descritiva e análise de conteúdo. Para tanto, utiliza-se o método quali-quantitativo. Como resultado, afirma-se que, o principal desafio da Colnfo na conjuntura atual estar centrado nos processos de exclusão digital sistêmica em escala global, à medida que não há Sociedade da Informação sem consciência cidadã, bem como justiça epistêmica na era digital. Destarte, a inclusão digital não pode ser vista apenas como sinônimo de instalações e uso de computadores.

Palavras-chave: competência em informação; inclusão social; inclusão digital; apropriação da informação; exclusão digital.

Abstract: It analyzes the theoretical and empirical relationships between the terms “Information Literacy” and “Digital Inclusion”; “Information Competence” and “Digital Inclusion”; “Critical Competence in Information” and “Digital Inclusion”. Of a basic nature, bibliographical, documental, descriptive and content analysis. For that, the quali-quantitative method is used. As a result, it is concluded that the main challenge of Colnfo in the current situation is centered on the processes of systemic digital exclusion on a global scale, as there is no Information Society without: citizen awareness, as well as epistemic justice in the digital age. Thus, digital inclusion cannot be seen only as a synonym for installations and use of computers.

Keywords: information literacy; social inclusion; digital inclusion; appropriation of information; digital divide.

1 INTRODUÇÃO

Uma nação só se tornará “desenvolvida”, à medida que investe nas suas necessidades básicas, sendo a educação uma delas. É nesse contexto que a Competência em Informação – termo utilizado no Brasil para a significação de “alfabetização digital” – torna-se elemento-chave diretamente relacionada ao processo de aquisição de competências (domínios de equipamentos tecnológicos) e habilidades (domínios dos processos informacionais – acesso, recuperação, seleção, análise, uso, apropriação, apreensão e aplicação da informação), no sentido de elevar a nação ao patamar mundial esperado. Isto implica frisar que, ao nível brasileiro, a inclusão digital está relacionada à alfabetização informacional, enquanto primeira fase do processo para aquisição de Competências em Informação (CoInfo).

De acordo com Câmara (2005), inclusão digital compreende a alfabetização informacional, com ênfase na tecnologia da informação, ou seja, a habilidade de operar e comunicar-se, a partir de computadores. Para o autor, a inclusão digital perpassa o acesso às tecnologias da informação e comunicação, à medida que os sujeitos inclusos, digitalmente, têm domínio desse conjunto de tecnologias, que condicionam as atividades do cotidiano da população de modo geral, possuindo competências tecnológicas que estão inter-relacionadas com o uso da informação mediada no contexto do processo de inclusão digital.

Por isso, a inclusão digital na sociedade contemporânea, constitui-se como um arcabouço teórico e prático, capaz de transformar um estado atual de exclusão social e digital, visto que, também, deve ser compreendida como uma política pública de Estado, que não se configure apenas como um mecanismo de regulação social. Pelo contrário, que seja mitigada, a partir dos estudos e pesquisas de perspectiva social e justiça epistemológica no mundo, em especial, no continente brasileiro.

Neste contexto, a investigação tem como objetivo analisar as proposições teóricas e empíricas relacionais entre os três termos supracitada percorrido pela Ciência da Informação. Compreende no mapeamento de artigos científicos que tratem da relação entre os termos, buscando contribuir para a reflexão crítica sobre os achados científicos, a partir da análise de conteúdo de Bardim (2011).

A problemática emerge a partir de três indagações: Qual a relação entre Inclusão

Digitale Colnfor?, Como essa relação é refletida na Ciência da informação (CI) ? e, De que maneira a aquisição de Colnfo pode auxiliar a Inclusão Digital?. A justificativa desta pesquisa está sob três aspectos: o primeiro, de perspectiva social, o segundo, de prisma científico, e o terceiro, de concepção técnico-profissional. À medida que busca a partir da abordagem social da informação, um excedente de problematização e um excedente de informação, que, caracteriza a peculiaridade da CI, das demais ciências, ao longo de sua história no campo científico na segunda metade do Século XX.

Quanto à relevância desta proposta, acredita-se que esta contribuirá muito para a formação pessoal, acadêmica e profissional do pesquisador, por se defender a ideia da necessidade de ter uma perspectiva humanista sobre a realidade social do país, sobretudo, enquanto bibliotecário orgânico, isto é, atuando por meio de uma postura proativa, crítica e política que compreende seu entorno, buscando estabelecer parcerias intra e extra institucionais, a fim de ressaltar o potencial transformador a comunidade destinada atender. Cabe ressaltar que as discussões deste estudo é parte integrante dos resultados de uma pesquisa em curso em Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação (PPGCI) da Universidade Federal de Alagoas (UFAL).

2 DESENVOLVIMENTO

A Colnfo, quando voltada à inclusão digital, pode trazer a hipótese da investigação, de que Colnfo é refletida, mais fortemente, nos contextos voltados para a cidadania e para a empregabilidade, onde a inclusão digital vem sendo compreendida como um processo, localizada no espaço de conquista do cidadão um direito social fundamental para o pleno desenvolvimento político, econômico, cultural e informacional.

Nesses contextos, a inclusão digital voltada à construção de Colnfo pode potencializar capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está imerso. Para Machado, Santos e Araújo (2014), a inclusão digital se caracteriza por ensinar os indivíduos a utilizar os programas, habilitando-os quanto ao uso do computador e da informação eletrônica como ferramenta imprescindível no crescimento pessoal e social.

De acordo com Marques (2014) a inclusão digital se caracteriza pelo processo de democratização do acesso às tecnologias da informação, visando à inserção na Sociedade da

Informação. Para tanto, estratégias inclusivas por meio de programas, projetos e ações devem permitir o acesso às novas tecnologias de informação e comunicação TIC's, ampliando o acesso, essencialmente para usuários com deficiência, idosos e pessoas de baixa renda.

Decerto, a inclusão digital tem de ser compreendida como um processo e, como tal, deve estar no espaço do cidadão, com sendo um direito social fundamental para o pleno desenvolvimento: político, econômico, cultural e informacional, visto que a inclusão digital como foco na competência em informação potencializa a capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está inserido e, principalmente, qualifica os indivíduos para a vida em constante mudança.

Nesse sentido, a inclusão digital pode se efetivar a partir da ColInfo pelos indivíduos, enquanto essa nova estrutura social, exige domínios dos processos tecnológicos, bem como dos recursos informacionais, frente aos regimes de informação impostos pela Sociedade da Informação, sobretudo, diante da nova ordem mundial de consumo desenfreado e sem questionamentos, de informação e conhecimento, que devem ser utilizados sempre de forma crítica à realidade local (CUBILLOS; SILVA, 2009).

A inclusão digital perpassa ao acesso às tecnologias da informação e comunicação, à medida que sujeitos inclusos digitalmente têm domínio desse conjunto de tecnologias, que condicionam as atividades do cotidiano da população de modo geral. Posto que quem está devidamente incluído digitalmente possui competências tecnológicas, que estão inter-relacionadas com o uso da informação mediada no contexto do processo de inclusão digital.

O Brasil é um país de dimensões continentais com regiões peculiares, no que diz respeito tanto a sua formação geográfica, quanto a sua produção e disseminação de recursos, serviços, produtos de informação à população mais pobre, por instituições públicas, que tem como prerrogativa institucional o desenvolvimento dos sujeitos menos abastados desse país. Essa percepção pode ser observada a partir de indicadores de IDH, ao nível internacional, nacional e, principalmente, regional.

Diante deste cenário, é preciso ter uma Sociedade da Informação competente em informação como condição *sine qua non*, mas, essa competência tem e deve ser para toda sociedade brasileira. E, não somente para um grupo de privilégio dos da elite deste país, visto

que o país mergulha no declínio de políticas públicas sociais e digitais nos últimos dois anos, conforme dados da Agência Brasil, o país ficou em 84º lugar em *ranking* mundial do IDH, isso significa dizer que na América Latina, o Brasil precisa urgentemente rever seu sistema político de governo.

Com efeito, o Relatório de Desenvolvimento Humano 2019, faz um chamado para a ação e recomenda políticas públicas que podem apoiar os governos de todo o mundo no combate às novas e variadas formas de desigualdade, que vão para além da renda das médias e do hoje. A sociedade contemporânea exige dos governos federal, estadual e municipal a publicação de políticas públicas de Estado, a fim de desenvolver o processo de inclusão digital como também de competência em informação.

Posto que estamos sob a dinâmica da “sociedade em rede” (CASTELLS, 2010), onde a principal característica é participação, fusão, colaboração entre grupos, econômicos, políticos e/ou sociedade civil, com vistas à resolução de um problema sistêmico a sociedade ou a manutenção e ampliação dos problemas sociais.

3 PROCEDIMENTOS METODOLÓGICOS

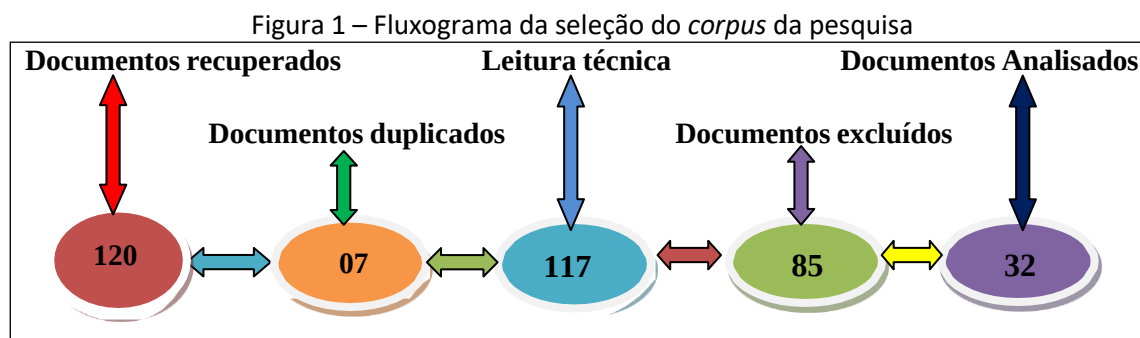
De natureza básica, bibliográfica, documental, descritiva e análise de conteúdo. tem por objetivo aprimorar hipóteses, validar instrumentos e proporcionar finalidade com o campo de estudo (GIL, 2002). De cunho qualitativo, posto que se foca “[...] aspectos da realidade que não podem ser quantificados, centrando-se na compreensão e explicação da dinâmica das relações sociais” (DEMO, 1995, p. 32).

Bibliográfica, ao passo que, “[...] é um apanhado geral sobre os principais trabalhos já realizados, revestidos de importância, por conseguirem fornecer dados atuais e relevantes relacionados com o tema” (LAKATOS; MARCONI, 2003, p. 157).

De análise de conteúdo, uma vez que fornece um conjunto de técnicas que, permite fazer pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados - a inferência, cita-se a análise de conteúdo como sendo a estratégia escolhida, uma vez que fornecerá um conjunto de técnicas que, permite fazer pré-análise, exploração do material e tratamento dos resultados a inferência e a interpretação (BARDIN, 2011). Ademais, representa uma pesquisa descritiva, visto que visa estabelecer uma relação entre as variáveis no objeto de estudo

analisado, sem a manipulação do pesquisador (LLARENA, 2015).

Para tanto, buscou-se artigos em periódicos científicos, publicados de (2009-2021), localizados nas Bases de dados em Ciência da Informação (BRAPCI), Scopus e SciELO, referentes às possíveis relações entre os termos supracitados. O período de coleta se deu no mês de janeiro de 2022, logo após o término das disciplinas do curso de mestrado acadêmico em Ciência da Informação. O levantamento quantificou um universo de 124 publicações recuperadas, 07 eram duplicadas, e em cerca de 117, foi feita a leitura, que, resultou na exclusão de 85 artigos, que não estava relacionada com a investigação. Assim, o processo desenvolvido no levantamento da amostragem pode ser visualizado na Figura 1.



Logo, a mostra da pesquisa está constituída por 32 artigos, que se constituem como *corpus*, da análise de conteúdo nos títulos, nos resumos, nas palavras-chave e nas abordagens dos autores desses artigos suscita sobre a Competência em Informação e Inclusão Digital. Quanto a técnica de coleta dos dados. A investigação utilizou os indicadores booleanos AND e/ou OR nos três termos: 'competência em informação' AND 'inclusão digital' OR 'competência informacional' OR 'inclusão digital' e 'Competência Crítica em Informação' AND 'Inclusão Digital', a fim de ter quantificar o número relevante de publicações de artigos de periódicos científicos inter-relacionados a pesquisa.

4 ANÁLISE E DISCUSSÃO DOS RESULTADOS

Para o levantamento dos dados, foram levantados 32 artigos de periódicos dos quais apenas 10 (dez) foram selecionados para a construção deste artigo. Desta forma, pôde-se perceber nas abordagens reflexões sobre o protagonismo social, empoderamento social e

emancipação política, econômica, social, cultural e informacional estão, fortemente, presentes. Percebeu-se, ainda, abordagem que evocam a:

1) a perspectiva filosófica, sociológica e política com vistas à competência crítica em informação como processo de combate ao sistema capitalista e ao Neoliberalismo diretamente relacionado aos regimes de informação;

2) a ColInfo, como processo comunicacional e metalinguagem e o protagonismo social como resultado de ColInfo e Consciência Social na práxis informacional;

3) a relação entre ColInfo e Protagonismo Social a partir da crítica ao pensamento funcionalista da biblioteca arcaica e à perspectiva epistemológica determinista;

4) necessidade urgente de ColInfo voltada à formação do bibliotecário com perspectiva política, econômica, social, cultural e informacional inclusiva;

5) a apropriação da informação a partir da ColInfo é condição necessária para a construção de uma Biblioteconomia com vistas à inclusão de minorias sociais, sujeitos: negros, mulheres, idosos, comunidades LGBTQIA+ (lésbicas, gays, bissexuais, transexuais, travestis, queer, intersexo e assexuais), localizadas em áreas urbanas e rurais;

6) competência informacional: inclusão digital (domínio das ferramentas tecnológicas), inclusão informacional (uso da informação, construção do saber, análise e reflexão do conhecimento, compreensão da informação e tomada de decisão) e inclusão social (desenvolve habilidades sociais, valores individuais e coletivos, atitude ética, moral e política visando o pleno exercício da cidadania ativa);

7) inclusão digital e competência em informação com vistas a informação (voltada à trabalho e qualificação profissional);

8) competências digitais voltadas à produção de conteúdo a partir da apropriação da informação como domínio maior (metacompetência – presentes na: competência pessoal, competência tecnológica, competência metodológica e na competência social);

9) Forte relação entre competência digital (habilidades digitais/ensino-aprendizagem) e formação docente/tecnologia (metodologias ativas na docência); e

10) forte relação entre competência digital (habilidades tecnológicas) e pensamento crítico (competências cognitivas/interpretação de mensagens, escolha de mensagens, e articulação de mensagens).

5 CONCLUSÃO

Diante dos achados científicos, observou-se que a ColInfo pode contribuir para a constituição do protagonismo social e inclusão digital frente as desafios da contemporaneidade. Evidencio-use, ainda, que a ColInfo é um campo do conhecimento científico que transita no processo dialógico com demais áreas correlatas a Ciência da Informação (CI), como: a Biblioteconomia, Comunicação, Tecnologias da Informação e Comunicação (TIC's), Gestão da Informação (GI), Gestão do Conhecimento (GI), Mediação da Informação e do Conhecimento, Uso e Apriação da Informação, Política de Informação, Regime de Informação, Educação e, principalmente, voltação para os aspectos informacionais e infocomunicacionais no processo de redução da exclusão social e digital na era digital.

Os textos analisados, enfocaram a necessidade de uma ruptura com as práticas informacionais de caráter funcionalista/tecnicista e a necessidade daquelas que influenciam criticidade e atitude junto aos processos sociais de direitos e inclusão digital, sobretudo, no contexto dos processos informacionais tecnológicos, da sociedade em rede (CASTELLS, 1999; BELLUZZO, 2020; MORÁN-REYES, 2021).

Percebeu-se, ainda, que o sistema político brasileiro de inclusão digital necessita investir nos ambientes de ensino-aprendizagem, no sentido de contribuir para o desenvolvimento da ColInfo, incluindo os arquivos, as bibliotecas, os museus e nos centros culturais, por serem lugares construtores de conhecimento, bem como o uso e a apropriação da informação no meiodigital, como instrumento de conquista da cidadania ativa de todos e para todos (FARIAS; VARELA, 2022; RIGHETTO; VITORINO, 2018).

Destarte, pode-se afirmar que, de certo modo, a corrida pela construção de uma Sociedade da Informação no Brasil, ocorrida nos anos 2000 ainda está em processo, necessitando frisar que a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como sinônimo de instalações e uso de computadores pela população de baixa renda, e sim como um instrumento aplicado ao desenvolvimento político, econômico, cultural e informacional, potencializando, portanto, a capacidade de criticidade sobre a realidade social em que o indivíduo está inserido, no sentido de contribuir para sua transformação social.

Ademais, frisa-se que a inclusão digital não pode ser compreendida apenas como sinônimo de instalações e uso de computadores pela população de baixa renda, apenas

voltado para a capacitação: tecnicista, capacitismo e instrumentalismo, e sim, como um instrumento aplicado ao desenvolvimento social, sustentável, político, econômico, cultural e informacional, pontenciando, portanto, a capacidade de criticidade sobre a realidade social e que o indivíduo está inserido, no sentido de contribuir para a sua transformação social e digital. Visto que, o padrão social da contemporaneidade é predominantemente excludente e nos impulsiona, cada vez mais, para o aumento das desigualdades sociais, econômicas, culturais e informacionais (RIGHETTO; CUNHA; VITORINO, 2018) uma vez que a informação também é instrumento de manipulação, portanto, não existe Democracia sem acesso, uso e apropriação da informação.

É necessário, também, compreender que, em tempo de pós-verdade, desinformação, *Fake News*, negacionismo, movimento ante-ciência, entre outras aberrações da contemporaneidade, a ColInfo emerge, à medida que “[...] não poderá haver sociedade da informação sem cultura informacional e o maior problema da inclusão social e [digital] não é a falta de computadores, mas o analfabetismo em informação” (BORGES, 2005, p. 58), ao passo que nos dias atuais ficou evidente o quanto a aquisição de ColInfo é premente para encarar o novo paradigma informacional – a informação (SANTOS, 1998; LLARENA, 2015; ARAÚJO, 2021).

Nesta perspectiva, Takahashi (2000, p. 07) afirma que, na nova economia, isto é, [no contexto informacional] não basta dispor de uma infra-estrutura moderna de comunicação; é preciso competência para transformar informação em conhecimento. É a educação [de Qualidade, Antirracista e Equitativa], elemento-chave para a construção de uma sociedade da informação. Posto que, [...] A dinâmica da sociedade da informação requer educação [negrejada] continuada ao longo da vida, que permita ao[s] indivíduo[s], não apenas acompanhar as mudanças tecnológicas, mas, sobretudo, inovar, ser protagonista, frentes aos novos cenários e tendências estabelecidos pelo sistema hegemônico, que, imputa e alija as minorias sociais em detrimento de um acúmulo de riqueza e poder sem escrulos.

Agradecimentos

À Coordenação de Aperfeiçoamento de Pessoal de Nível Superior (CAPES).

REFERÊNCIAS

ARAÚJO, Carlos Alberto Ávila. A missão da Ciência da Informação na Era da Pós- Verdade. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-19, 2021. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155770>. Acesso em: 17 fev. 2022.

BELLUZZO, R. C. B. Competência em informação: das origens às tendências. **Informação & Sociedade: estudos**, João Pessoa, v. 30, n. 4, p. 1-28, out./dez. 2020. Disponível em: <https://brapci.inf.br/index.php/res/download/155810#:~:text=Pode%2Dse%20dizer%20que%20os,dez.%202020%20permitem%20encontrar%20informa%C3%A7%C3%B5es>. Acesso em: 15 abr. 2021.

BARDIN, Laurence. **Análise de conteúdo**. São Paulo: Edições 70, 2011.

CÂMARA, M. A. **Telecentros como instrumento de inclusão digital**: perspectiva comparada em Minas Gerais, Minas Gerais, BH. 2005. Tese de doutorado – Programade Pós- Graduação da Escola de Ciência da Informação, Universidade Federal de Minas Gerais, Minas Gerais, 2005. Disponível em: [Microsoft Word - 4270FA8C-615A-088E46.doc \(ufmg.br\)](#).

CASTELLS, M. **A sociedade em rede**. 6. ed. São Paulo: Paz e Terra, 1999. Disponível em: https://drive.google.com/file/d/0B2vyKS0tK2MkMjdiZTYxZWMTYmMyMy00MjBILThjYmYtNTBmZDBkZjRiMTYy/view?hl=pt_BR&pli=1. Acesso em: 25 jun. 2006.

CUBILLOS, D.; SILVA, A. S. C. da. **Inclusão digital**: sistema de engrenagens. **Liinc em Revista**, v. 5, n. 1, 2009. Disponível em: <http://revista.ibict.br/liinc/index.php/liinc/article/view/295/2022>. Acesso em: 15 mai. 2021.

DEMO, Pedro. **Metodologia científica em ciências sociais**. 3. ed. São Paulo: Atlas, 1995.

GIL, A. C. **Métodos e técnicas de pesquisa social**. 6. ed. São Paulo: Atlas, 2008. Disponível em: [Metodos e Tecnicas de Pesquisa Social An.pdf](#). Acesso em: 25 ago.2021.

LLARENA, R. A. da S. **Gestão do conhecimento na Rede do ProJovem Urbano: modelo baseado nas políticas públicas**, João Pessoa, 2015. 327 f. Tese de doutorado - Programa de Pós-Graduação em Ciência da Informação, Universidade Federal da Paraíba, 2015. João Pessoa, Paraíba, 2015. Disponível em: [arquivototal.pdf \(ufpb.br\)](#). Acesso em: 26 abr. 2021.

MACHADO, A. M. F; SANTOS, T. C. M. dos; ARAÚJO, R. F. de. Inclusão digital e competência informacional no contexto da alfabetização em séries INICIAIS. **Ci. Inf. Rev.**, Maceió, v. 1, n.2, p. 32-41, maio/ago. 2014. Disponível em: [file:///C:/Users/marci/Downloads/1321-6072-1-PB%20\(2\).pdf](file:///C:/Users/marci/Downloads/1321-6072-1-PB%20(2).pdf). Acesso em: 02 jun. 2021.

MARCONI, M. A.; LAKATOS, E. M. **Fundamentos de metodologia científica**. São Paulo: Atlas, 2003.

MARQUES, F. P. J. Democracia online e o problema da exclusão digital. **Intexto**, PortoAlegre, UFRGS, n. 30, p. 93-113, jul. 2014. Disponível em: <https://seer.ufrgs.br/intexto/article/view/41269/30388>. Acesso em: 29 jun. 2021.

MORÁN-REYES, Ariel Antonio. Existe uma biblioteconomia da nossa américa? os problemas de “identidade de exclusão” e “saber de inclusão”. Rio de Janeiro-RJ. **Logeion: filosofia da informação**, v. 8, p. 4-26, 2021. DOI: [10.21728/logcion.2021v8n1.p4-26](https://doi.org/10.21728/logcion.2021v8n1.p4-26). Acesso em: 01 fev. 2022.

RELATÓRIO DA UNIÃO INTERNACIONAL DE TELECOMUNICAÇÕES. *In*: **Measuring digital development**: Facts and figures 2021. Disponível em: <https://www.itu.int/en/ITU-D/Statistics/Documents/facts/FactsFigures2021.pdf>. Acesso em: 01mar. 2021.

RIGHETTO, G. G.; CUNHA, M. F. V. da; VITORINO, E. V. O papel social do bibliotecário voltado às pessoas trans: aproximações teóricas. Porto Alegre-RS. **Em Questão**, v. 25, n. 1, p. 212-238, 2018. DOI: [10.19132/1808-5245251.212-238](https://doi.org/10.19132/1808-5245251.212-238). Acesso em: 01 fev. 2022.

RIGHETTO, G. G.; VITORINO, E. V. A competência em informação como movimento de inovação social. **Investigación Bibliotecológica**, v. 34, n. 82, enero/marzo, 2020, México, pp. 29-52. Disponível em: <http://www.scielo.org.mx/pdf/ib/v34n82/2448-8321-ib-34-82-29.pdf>. Acesso em: 21 abr. 2021.

SANTOS, M. **Técnica, espaço, tempo**: globalização e meio técnico-científico-informacional. São Paulo: Hucitec, 1998.